

“MUSEU DO MANGUE PEGA FOGO”: EXPLOSÃO DISCURSIVA E PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE O MUSEU DO MANGUE DE ARACAJU/SE

158

MUSEOLOGIA & INTERDISCIPLINARIDADE Vol.IV, nº8, dez. de 2015

Clovis Carvalho Britto¹

Universidade Federal de Sergipe

Roberto Fernandes dos Santos Júnior²

Universidade Federal de Sergipe

RESUMO:

As obras do Museu do Mangue foram iniciadas em 2010, através de um convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Aracaju-SE e o Ministério das Cidades. As justificativas de sua criação se pautaram na preservação e promoção do ecossistema e na revitalização do Bairro Coroa do Meio. Em 2011 um incêndio atingiu as instalações que abrigariam o museu, fator que impossibilitou sua inauguração e contribuiu para que a estrutura e entorno fossem destinados ao abandono, à comercialização e uso de psicoativos. Nas tensões entre a virtual musealização e o sentimento de não-pertencimento da população, nosso intuito é visualizar de que modo a presença/ausência do Museu do Mangue constitui uma “explosão discursiva” no campo do patrimônio sergipano.

PALAVRAS CHAVE:

Museu do Mangue; Evento crítico; Discursos.

“Museu do Mangue pega fogo”: Mangue Museum discursive explosion and production of meanings about the Mangue Museum of Aracaju / SE

ABSTRACT:

The works of the Mangue Museum began in 2010 through an agreement between the Municipality of Aracaju-SE and the Ministry of Cities. The reasons for its creation were based on the preservation and promotion of the ecosystem and revitalizing neighborhood Coroa do Meio. In 2011 a fire struck the facilities that would house the museum, a factor that prevented its opening and contributed to the structure and surroundings were intended for the abandonment, marketing and use of psychoactive. The tensions between the virtual musealization and the feeling of not belonging of the population, our intention is to see how the presence / absence of the Mangue Museum promoted a discursive explosion in the Sergipe heritage field.

KEYWORDS:

Mangue Museum; Critical event; Speeches.

¹ Pós-Doutor em Estudos Culturais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília. Mestrando em Museologia pela Universidade Federal da Bahia. Professor do Departamento de Museologia da Universidade Federal de Sergipe.

² Graduando em Museologia pela Universidade Federal de Sergipe. Bolsista PIBIC/UFS.

Em 24 de junho de 2011 o portal “Sergipe Hoje” disponibilizou na *internet*³ a notícia de que por volta das 21 horas do dia anterior um incêndio atingiu parte das instalações que abrigariam o Museu do Mangue, localizado na Avenida Desembargador Antônio Góis no bairro Coroa do Meio, em Aracaju/SE. A matéria intitulada “Museu do Mangue pega fogo” consiste, a nosso ver, em um importante indício de que o evento crítico desvelou conflitos no campo patrimonial e, ao mesmo tempo, uma “explosão discursiva” em torno de um museu em devir.

As obras do Museu do Mangue foram iniciadas em 2010, através de um convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Aracaju-SE e o Ministério das Cidades. As justificativas para a sua criação se pautaram na preservação e promoção do ecossistema e na revitalização do Bairro Coroa do Meio. Em 2011, um incêndio atingiu as instalações que abrigariam o museu impossibilitando a sua inauguração e contribuindo para que a estrutura e entorno fossem destinados ao abandono, à comercialização e uso de psicoativos. O fato é que até a presente data o museu ainda não foi implantado devido às tensões oriundas pelo modo como o projeto e sua execução foram concebidos sem a efetiva participação da população local, conforme atestaram os moradores da região em conversas informais.

Museu, memórias e evento crítico

As tensões em torno do Museu do Mangue de Aracaju/SE contribuem para que reconheçamos a existência de um (não) museu que de tanto ser narrado, divulgado, referenciado, se tornou presente no cotidiano da população, mesmo que na prática ele ainda não tenha sido implantado.

De acordo com Izabela Tamasso (2005), o conflito é inerente às políticas de preservação dos patrimônios culturais. Ancorada nas formulações de Lowenthal que defendem ser o conflito “endêmico ao patrimônio”, afirma que os valores atribuídos aos bens culturais quando entram em disputa sofrem uma hierarquização: “Um valor será selecionado como mais importante e mais legítimo; os outros permanecerão como seus opostos complementares: valor artístico/valor da fé. O grupo que estiver de posse da gestão daquele bem cultural estabelecerá seus valores como mais legítimos”, concluindo que “na arena de disputa, os outros não poderão ser considerados” (p. 15).

Argumento que também perpassa a orientação de Gilberto Velho (2006) quando conclui que as diferenças e divergências no campo do patrimônio devem-se às características da sociedade contemporânea constituída por múltiplos segmentos, categorias e estratos que elaboram uma heterogeneidade de tradições culturais. Trata-se, assim, de visualizar as políticas e os conflitos patrimoniais com mapas emocionais e cognitivos, com questões relacionadas a emoções, valores e interesses heterogêneos e contraditórios que fundamentam, muitas vezes, a organização dos lugares de memória e a construção das identidades (HALBWACHS, 1990).

3 Museu do Mangue pega fogo. Disponível em: <http://www.sergipehoje.com.br/sergipe/aracaju/2011/06/museu-do-mangue-pega-fogo>. Acesso em: 10 nov. 2013. A *internet* é o principal ambiente do ciberespaço, mas não o único. Aqui utilizaremos a categoria ciberespaço nos moldes apresentados por Monique Magaldi (2010) como “um espaço imaginário criado por uma rede universal de computadores, com todo o tipo de informação, onde os dados poderiam ser obtidos através dos diversos sentidos do corpo humano” (p. 105).

“Museu do Mangue pega fogo”:

Explosão discursiva e produção de sentidos sobre o Museu do Mangue de Aracaju/SE

Se os conflitos são inerentes às práticas patrimoniais, a patrimonialização de eventos críticos se torna um exemplo extremo dessa argumentação devido à própria dor/trauma sustentar o discurso de sua fabricação/monumentalização. Surge, assim, um campo de forças em tornos de múltiplas narrativas e interesses, a partir de processos de atribuição de sentido e um sistema classificatório que é instrumento de poder. Nesse sentido, é fundamental reconhecermos os museus como um dos elementos constitutivos dessas práticas, como espaços de poder que muitas vezes legitimam discursos oficiais e controlam versões concorrentes.

As memórias selecionadas no processo de musealização não são neutras. Logo, no caso do Museu do Mangue, poderíamos indagar que lembranças e esquecimentos seriam difundidos sobre o ecossistema, a paisagem e as pessoas que nele vivem; o modo como a população nativa do mangue e do bairro onde será implantado o museu protagonizaria o espaço; as experiências e as relações de pertencimento que definiriam os processos de musealização. Em outras palavras, poderíamos pensar de que modo o projeto inconcluso contribui para visualizarmos os embates em torno da não-patrimonialização, contribuindo para seu apagamento ou para que se torne um lócus de resistência a outras práticas discursivas.

Na verdade, em primeira instância são essas retóricas da perda que integram os conflitos (GONÇALVES, 1996). O ecossistema que está sendo devastado; os saberes e fazeres daquela população que vive do/no mangue que estão em risco de desaparecimento. De acordo com Fernanda Cordeiro de Almeida (2010), o manguezal possui diversas funções para o homem, desde o lançamento de matéria orgânica que alimenta a vida no mar, a pesca e a vida das comunidades ribeirinhas e/ou litorâneas, além da diversidade de micro-organismos da fauna e da flora que o habitam. Para a pesquisadora, os manguezais sergipanos têm sofrido diversos impactos ambientais em decorrência da contaminação por petróleo, mercúrios, esgotos domésticos e industriais, pesca e cata predatórias, e aterros por lixo, por terra ou por lama para o assentamento de famílias, novos acessos a cidade e, principalmente, para a especulação imobiliária:

O manguezal, popularmente conhecido como ‘mangue’, geralmente é associado ao mau-cheiro e ao lixo. Entretanto, é um ecossistema repleto de diversidade biológica e de funções para as espécies que o habitam. (...) Além das funções ecológicas para as espécies, o manguezal oferece aos seres humanos que vivem em suas cercanias a possibilidade de subsistência alimentar através da cata de crustáceos, da pesca de peixes e moluscos e de moradia através do fornecimento de madeira para a construção de casas. Apesar de tantas funções ofertadas, os manguezais vêm sendo constantemente perturbados e suprimidos. (...) As plantas exclusivas dos manguezais possuem uma forma especial de obter água doce a partir da água salgada que banha suas raízes. Os manguezais são ecossistemas abertos, captando nutrientes através dos rios e alimentando as águas costeiras com muita matéria vegetal em degradação. Estes materiais degradados são metabolizados pela fauna e flora microbianas, que servem de base para a cadeia alimentar responsável pela atividade pesqueira. Por esse motivo, quando o manguezal sofre qualquer tipo de agressão, isso irá se refletir na atividade da pesca e, em conseqüência, na subsistência de muitos (ALMEIDA, 2010, p. 35 e 37).

Nesse aspecto podemos afirmar que o mangue propicia o surgimento de um *habitus* específico para aqueles que vivem do/no seu espaço (Cf. BOURDIEU, 1983). O próprio meio orientaria formas de conduta e percepção culturais que, por sua vez, acionariam modos de fazer, formas de expressão, celebrações e lugares de memória específicos para aqueles grupos que dele sobrevivem ou que convivem com sua presença. O ecossistema, nesse aspecto, se torna cenário onde ocorrem diferentes práticas de produção simbólica responsáveis pela composição das identidades culturais ali negociadas. No caso de Aracaju/SE tal percepção se torna emblemática, visto que parte considerável da cidade foi edificada sobre o mangue aterrado ou convive com a sobrevivência/devastação desse ecossistema.

Essas trajetórias impulsionam a tentativa de implantar o Museu do Mangue às margens da Maré do Apicum, na Coroa do Meio, bairro construído sobre o aterro de manguezais e um dos momentos emblemáticos da urbanização aracajuana a partir da incorporação de alagadiços, apicuns e terrenos de marinha. Fernanda Almeida (2010), reconstruindo o processo de formação do bairro, demonstra que desde fins da década de 1970 tais aterramentos expropriaram parte da população ribeirinha e de pescadores, sendo a implantação permeada de conflitos:

Os primeiros momentos da construção do bairro Coroa do Meio foram permeados de problemas de ordem social, como a derrubada de casas, espancamento de uma criança e a ameaça de despejo de centenas de pessoas. Para Machado ‘começava ali uma série de medidas que viriam atingir as populações carentes (de habitação, trabalho, serviços públicos etc.) e discriminadas, e que se prolongariam tempo afora, com vestígios ainda nos dias atuais’ (ALMEIDA, 2010, p. 86).

Projetar um museu cujo intuito seria preservar e promover o mangue em um local em que esse ecossistema foi degradado instituiria um possível marco de resistência. Todavia, o projeto equacionou dois resultados não previstos antes mesmo de sua conclusão: a falta de planejamento contribuiu para uma agressão a esse ecossistema e a ausência de uma ação de conscientização acionou/potencializou uma tensão de (não) pertencimento. As discussões sobre as causas do incêndio (acidentais ou intencionais) e a destruição posterior do espaço, tornando metáfora e metonímia do perigo, do abandono e da criminalidade constituem exemplos dessa retórica. Partindo desse entendimento, reconhecemos as tensões em torno da implantação do Museu do Mangue como um “evento crítico”. A categoria “evento crítico” se relaciona a linguagem do sofrimento e a experiência traumática, aos dramas individuais ou coletivos que promovem rupturas na vida cotidiana (DAS, 1995):

No processo da vivência desses eventos e das rupturas por eles causadas, a produção da memória é um dos elementos significativos para a apreensão do significado por eles engendrado. No jogo da lembrança e do esquecimento pertinente à produção da memória, diversas narrativas produzidas sobre os eventos críticos articulam, de um lado, o discurso oficial e, de outro, as múltiplas narrativas trazidas pelos sobreviventes. Em muitos casos, as lembranças apontam para a contínua repetição do drama vivido, sinalizando que o rito de passagem, performativo da superação do trauma e do terror, não foi ainda vivenciado, persistindo a condição de vitimização. Em outros,

“Museu do Mangue pega fogo”:

Explosão discursiva e produção de sentidos sobre o Museu do Mangue de Aracaju/SE

os processos narrativos formulam novas identidades fortalecidas pelo empoderamento advindo da perspectiva assumida de agência em face do drama (SILVA; SOUZA; ECKERT, 2011, p. 269).

Se em um primeiro momento era necessário conscientizar a população sobre a importância do mangue e o combate a sua degradação, posteriormente as ações ampliaram o foco para demonstrar a importância (e preservação) de um museu para aquela localidade. Nessa ordem de idéias, a própria destruição do museu, as tentativas de implantação, os diferentes projetos e ações, se tornaram parte significativa de sua história em processo, visto que integram suas discursividades e os conflitos em torno de quais memórias deverão sobreviver. Não é por acaso que Jeudy (2010) conclui que a conservação inflige nas memórias coletivas e gera conflitos, visto que existe uma tensão entre valorizar certos lugares e esconder as feridas.

Questões apresentadas por Telma Camargo da Silva (2010) quando analisou os diversos projetos de implantação do Museu do Césio em Goiânia/GO e as múltiplas tensões que contribuíram para que até hoje ele não tenha sido implementado. Dentre as diversas problematizações sobre a patrimonialização de eventos críticos, a autora discute que a construção de um museu/memorial também denota reflexões sobre o preenchimento de um terreno vazio, a ocupação do espaço (lacuna física e/ou simbólica). Nesse caso específico, um vazio que marca a história da radioatividade, uma ausência que se torna presença e que era necessário apagar. Seria, dessa forma, uma estratégia de manipular a imagem do lugar, torná-lo um equipamento turístico portador de uma evocação positiva, visto que o local seria uma metáfora espacial dessa contaminação. Problematizações que, em outra medida, acompanharam as recentes matérias sobre o vão livre do Museu de Arte Moderna de São Paulo, o “vazio do MASP”, e as dificuldades enfrentadas pela instituição e pelo poder público para evitar que seus arredores fossem ocupados por traficantes, usuários de entorpecentes e moradores de rua, ou seja, sobre as tensões entre patrimônios, museus e usos dos espaços públicos.

Questões que podem ser aplicadas, com os devidos cuidados, ao espaço do Museu do Mangue cujo local também se tornou uma metáfora de devastação do ecossistema e, após ações de vandalismo e criminalidade para com as instalações, uma metáfora da devastação patrimonial. O projeto de implantação do Museu do Mangue se torna uma possibilidade de ocupar esse incômodo “vazio” que se torna duplamente sinônimo da degradação nos limites cultura-natureza.

O Museu do Mangue na “batalha das memórias”

Em meio às tensões entre a virtual musealização e um possível sentimento de não-pertencimento da população, nosso intuito é visualizar de que modo a conflituosa presença/ausência do Museu do Mangue constitui uma “explosão discursiva” no campo do patrimônio sergipano. Aqui é importante destacar como esse conceito tecido por Michel Foucault (1988) foi adaptado ao nosso estudo de caso. Originalmente utilizado em *História da sexualidade: o cuidado de si* visando examinar um conjunto de práticas/discursos na longa duração, o filósofo afirmou que nos últimos três séculos, ao invés de uma repressão, houve uma “verdadeira explosão discursiva” em torno do sexo. Estímulo que também

é atravessado por restrições ao impactarem enunciados (de que forma seria possível dizer) e enunciações (quem diz e possibilidades de dizer). A “explosão discursiva” se torna um mecanismo de seleção das palavras, dos lugares e dos modos de dizer: “controle dos enunciados e das enunciações, [e uma] (...) proliferação de discursos no campo do exercício do poder; uma produção voltada para a condução das condutas e a produção coletiva da subjetividade, visando a mudanças socioculturais” (FERNANDES, 2011, p. 13).

Para os fins deste artigo, o conceito foucaultiano é empregado no campo dos museus e do patrimônio cultural visando analisar algumas práticas/discursos que ocorreram/ocorrem na curta duração. Nesse sentido, pautado nas formulações de Michel Foucault (1988; 1996), este trabalho utilizará como recorte diferentes registros veiculados no ciberespaço sobre a trajetória de implantação do Museu do Mangue de Aracaju/SE com o intuito de inventariar algumas produções de sentido que promovem a “batalha das memórias” em torno de sua (in) existência.

Apropriando dessas considerações *a priori*, fazemos coro com as lições de Luciana Heymann (2009) que reconhecem a importância de um esforço para “desnaturalizar” as fontes documentais e seus enquadramentos, metodológicos e institucionais, recuperando as narrativas produzidas em torno e por meio desses artefatos. Esboçando uma perspectiva inspirada nos trabalhos de Michel Foucault e Jacques Derrida, compreende o “arquivo” como metáfora do cruzamento entre memória, saber e poder, construto político que ao mesmo tempo produz e controla a informação, orienta lembranças e esquecimentos, e configura, assim, o poder sobre os arquivos e o poder dos arquivos: de dominação, subversão e construção de identidades.

Nesse aspecto, podemos reconhecer as matérias disponibilizadas no ciberespaço e relacionadas ao Museu do Mangue como um “arquivo”, na medida em que produzem enunciados, tornado-se um sistema discursivo. Foucault (2008), em *A Arqueologia do Saber*, considera o “arquivo” não a totalidade de textos, mas o conjunto de regras que determinam em uma cultura o aparecimento dos enunciados, sua permanência e seu apagamento; sistema discursivo que encerra possibilidades enunciativas agrupadas de modo distinto. Em suas reflexões, o arquivo é tratado de uma forma imaterial que extrapola o conjunto de documentos, transformando-o em monumentos e acontecimentos. Nesse sentido, é instigante sua compreensão de “dossiê” explicitada na análise da documentação do caso Rivière: “se tratava de um ‘dossiê’, isto é, um caso, um acontecimento em torno do qual e a propósito do qual vieram se cruzar discursos de origem, forma, organização e função diferentes”, que apesar de parecerem falar a mesma coisa, em sua heterogeneidade “não formam nem uma obra, nem um texto, mas uma luta singular, um confronto, uma relação de poder, uma batalha de discursos e através de discursos” (FOUCAULT, 1984, p. 12).

Perspectiva que dialoga com as lições de Derrida (2001), em *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*, quando critica as idéias de “originalidade”, “verdade” e “autenticidade” dos documentos que integram os arquivos. Dessa forma, todo arquivo seria instituidor e conservador, oferecendo o que ele designa de uma economia arquivada que abrigaria os poderes de guardar, por em reserva e fazer leis já que a conservação não ocorre sem a exclusão. O ato de arquivamento,

“Museu do Mangue pega fogo”:

Explosão discursiva e produção de sentidos sobre o Museu do Mangue de Aracaju/SE

assim, é também um ato de amnésia e, por isso, possui uma implicação política, um poder de legitimação. Implicação imbricada desde a origem do termo:

Arkhe, lembremos, designa ao mesmo tempo o começo e o comando. Este nome coordena aparentemente dois princípios em um: o princípio da natureza ou da história, ali onde as coisas começam – princípio físico, histórico ou ontológico, mas também o princípio da lei ali onde os homens e os deuses comandam, ali onde se exerce a autoridade, a ordem social, nesse lugar a partir do qual a ordem é dada – princípio nomológico. (...) O sentido de ‘arquivo’, seu único sentido, vêm para ele do *arkheion* grego: inicialmente uma casa, um domicílio, um endereço, a residência dos magistrados superiores, os *arcontes*, aqueles que comandavam. Aos cidadãos que detinham e assim denotavam o poder político reconhecia-se o direito de fazer ou de representar a lei. Levada em conta sua autoridade publicamente reconhecida, era em seu lar, nesse lugar que era a casa deles que se depositavam então os documentos oficiais. Os *arcontes* foram os seus primeiros guardiões. Não eram responsáveis apenas pela segurança física do depósito e do suporte. Cabiam-lhes também o direito e a competência hermenêuticos. Tinham o poder de *interpretar os arquivos* (DERRIDA, 2001, p. 12-13).

O arquivo, assim como as matérias disponibilizadas no ciberespaço (muitas delas apresentadas conjuntamente em revistas e jornais), é atravessado pelo jogo de poder: guarda, seleção, disposição, disponibilização, publicação, interpretação. Constitui um espaço ao mesmo tempo físico e social. Campo com fissuras e intervenções de natureza e temporalidades diversas. O gesto de “dar sentido” a lógica aparentemente subjetiva (ou confusa) do colecionador, definindo usos, arranjos, classificações e indexações, extrapola as diferentes práticas de atribuição de valor. Sinaliza uma forma específica de subsumir distintas temporalidades, muitas das vezes condensadas em um mesmo indicador cronológico e biográfico (CUNHA, 2005).

Especialistas, instituições responsáveis ou que disputam a autoridade sobre as narrativas, pesquisadores, jornalistas, nativos, são alguns dos agentes que assumem o papel de *arcontes* contemporâneos. Investigando os diversos motivos que levam determinados conjuntos de documentos a conformarem coleções, seus trânsitos, traslados e seccionamentos, Olívia Cunha (2005) acena para a configuração de uma dimensão política. Como registros consagrados da “história” os acervos (arquivos ou coleções) seriam, de acordo com suas análises, elementos de políticas de representação contemporâneas viabilizando novas operações e enunciados no imaginário cultural.

Nessa direção, como um primeiro e significativo passo, coloca-se a necessidade de reconhecer que os textos disponibilizados sobre o Museu do Mangue são uma espécie de coleção (incompleta e seletiva). Por esse motivo, possuem a intencionalidade de quem escreveu e da instituição que o veicula, ambos por sua vez susceptíveis às pressões do espaço político e cultural em que estão mergulhados.

Dessa forma, devemos reconhecer as diferentes estratégias discursivas, interpretações e recursos, ou seja, os processos sociais de construção dos discursos, nesse caso, sobre os “legados” memoriais. De acordo com Reinaldo Marques (2008) o momento de arquivo seria marcado pela operação de arqui-

vamento, por meio do qual o testemunho ingressa na escrita. No caso específico, os discursos arquivados nos textos e disponibilizados nos sites fabricam determinadas versões sobre e, por que não dizer, inventam o Museu do Mangue em Sergipe. Operação seletiva que rasura, manipula, destaca determinadas passagens mais convenientes para a produção da crença e consolidação da memória que se quer difundir e legitimar.

Aqui devemos reconhecer a “vontade de verdade” empreendida pelos discursos, conforme nos ensinou Michel Foucault (1996), visualizando o jornalismo ou o discurso jornalístico midiaticizado, como uma prática discursiva destinada a um leitor/navegador. Não é por acaso que Fernando Resende (2007) concebe o discurso jornalístico contemporâneo como portador de processos de velamento e de produção de diferenças e a *internet*, por sua vez, como uma instância reguladora:

Hoje a mídia, com o seu amparo institucional e por meio dos seus objetos que produzem falas, constitui-se como uma instância fundamental, porque certamente reguladora e mantenedora de um *status quo* que visa à ordenação dos fatos que tecem nossas relações sociais. Trata-se de pensar que é dada ao campo do jornalismo a tarefa de produzir saber acerca dos acontecimentos do mundo, tarefa que lhe é outorgada tanto porque detém a tecnologia — uma força maquinica incomensurável — como também porque outras instituições produtoras de saber — estas, de caráter pedagógico — conferem aos que proferem os discursos da mídia o direito da fala. A partir desses lugares, pelo desejo e pelo poder, revestidos da vontade de verdade, os discursos jornalísticos tornam-se expressões máximas do que é verdadeiro; e é com eles, vale dizer, que construímos os nossos modos de compreender e ver o mundo, visões que tecem nossa percepção do outro e nossa maneira de lidar com o diferente ou o semelhante (RESENDE, 2007, p. 83).

Todavia, torna-se fundamental analisarmos os discursos jornalísticos amplificados pelo ciberespaço como textos que também se integram na “batalha de memórias” em prol de legitimar determinadas verdades. Nesse sentido, além de visualizarmos as vozes dissonantes, é necessário reconhecermos os silenciamentos também promovidos na ordem dos discursos.

Para visualizarmos tais procedimentos, promovemos com o auxílio de sites de busca uma seleção de onze textos jornalísticos disponibilizados no ciberespaço relacionados ao Museu do Mangue de Aracaju/SE. A maioria, especialmente os disponibilizados antes do incêndio, aponta os objetivos e detalhes sobre a implantação do museu, além de questões relacionadas à preservação do ecossistema e à valorização da área, a maioria legitimados por dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Aracaju e entrevistas com especialistas envolvidos no projeto. Nesse aspecto, é a autoridade do lugar de fala público (municipalidade) e o saber técnico que legitimariam o discurso (não é incomum depararmos com as falas do engenheiro presidente da Empresa Municipal de Obras e Urbanização).

As matérias foram majoritariamente divulgadas no site da Prefeitura de Aracaju ou daí extraídas e compartilhadas em outros sítios a exemplo do Portal de Notícias JusBrasil. Nesses casos, os textos celebram a parceria entre a Prefeitura Municipal e o Ministério das Cidades, destacando os valores dos

“Museu do Mangue pega fogo”:

Explosão discursiva e produção de sentidos sobre o Museu do Mangue de Aracaju/SE

investimentos e os benefícios trazidos após a implementação das obras que se encontravam em “ritmo acelerado”. Acompanhando os textos também são comuns fotografias dos equipamentos que integram o complexo e das “obras em andamento”:

Além do museu, núcleo de apoio aos pescadores e centro produtivo, o projeto é composto de quiosque, píer, complementação das quadras de esportes, módulo de apoio à saúde, espaços para a realização de oficinas, palestras, exibição de vídeos e exposições, dois atracadouros, além de estacionamentos para carros e ônibus de turismo. Todo o complexo segue as normas nacionais de acessibilidade com rampas e piso tátil. De acordo com o presidente da Emurb, engenheiro Paulo Costa, o complexo é um marco na política de preservação do meio ambiente adotada pela Prefeitura de Aracaju. ‘O Museu do Mangue servirá não apenas de ponto turístico, mas, principalmente, como um ponto avançado para pesquisas acadêmicas e científicas, em especial sobre a biodiversidade e os fatores ambientais presentes nesse tipo de ecossistema’, ressalta⁴.

Especulações sobre o incêndio nas instalações que abrigariam o museu também foram encontradas, especialmente nos *sites* de jornais locais. Todavia, com menor destaque. Se antes o discurso focalizava na necessidade de preservação do ecossistema e no desenvolvimento sustentável dos ribeirinhos por meio do turismo, após esse evento crítico o *site* da municipalidade não desconsiderou o incêndio, incorporando-o ao discurso legitimador de suas ações de combate ao vandalismo:

O Museu do Mangue localizado na Avenida Desembargador Antônio Góis, no bairro Coroa do Meio, Zona Sul da capital, está passando por reformas. Dias antes da sua inauguração, o local sofreu um incêndio que danificou vários equipamentos da estrutura. Este ano a Prefeitura de Aracaju, por meio da Empresa Municipal de Obras e Urbanização (Emurb), iniciou a recuperação dos quiosques e banheiros do museu. A reforma está sendo feita com o objetivo de dificultar as ações de vandalismo. Antes a cobertura do museu era de palha rústica, agora o novo telhado será de telhas planas de concreto. Os novos banheiros estão recebendo material mais resistente, assim como as paredes dos quiosques. Cerca de 10 profissionais trabalham diariamente, para que em breve a população possa desfrutar do espaço. As obras representam um investimento de cerca de 432 mil.⁵

Paralelamente às notícias veiculadas pelo *site* da Prefeitura de Aracaju que auto-celebrava suas ações, outros discursos vinculados a imprensa local, a exemplo do *site* Infonet Cidade, empreenderam uma mudança no enfoque optando por privilegiar no texto e nas fotos a temática do incêndio. Não sem motivos, publicou entrevistas com os responsáveis pela segurança pública:

Para o presidente do Sindicato dos Guardas Municipais e Agentes de Trânsito de Sergipe (SIGAS), Ney Lucio dos Santos, o local estava abandonado desde o final da obra em maio deste ano. ‘Existem apenas dois guardas para proteger todo aquele local e ao mesmo tempo ficam

4 Museu do Mangue será marco da preservação ambiental de Aracaju. Disponível em: <http://pref-aracaju.jusbrasil.com.br/politica/5297599/museu-do-mangue-sera-marco-da-preservacao-ambiental-em-aracaju>. Acesso em 10 nov. 2013.

5 Prefeitura Municipal de Aracaju recupera Museu do Mangue na Coroa do Meio. Disponível em: <http://aju.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=51593>. Acesso em 10 nov. 2013.

expostos a bandidagem. O ideal era que no local tivesse quatro guardas por turno', frisou alertando que não tem água, muito mesmo banheiros para os guardiães. De acordo com um guarda municipal, que preferiu não ser identificado, o local só começou a receber a vigilância no dia anterior: 'Só ontem que escalaram guardas municipais para ficar aqui. Antes apenas os guardas que fazem a ronda na zona sul que vinham e ficavam em torno de duas horas', confirmou. O assessor da Emurb, Ademar Queirões, também confirmou a informação. 'No período da obra ficavam vigilantes particulares contratados pela empresa. Mais depois que a obra foi concluída e entregue a prefeitura são os guardas municipais que vigiam', frisou confirmando que somente nesta quarta-feira, 7, que a guarda ficou constantemente no local.⁶

Curioso é detectar que nenhum dos articulistas das matérias teve a preocupação em ouvir a população da Coroa do Meio, nem os ribeirinhos e outros nativos do lugar. É como se os saberes especializados do engenheiro, do profissional de segurança pública e dos jornalistas bastassem para a obtenção da legitimidade ou para a promoção da explosão discursiva promovida a partir dos conflitos em torno da seara patrimonial. Do mesmo modo, os discursos dos profissionais de museus e demais profissionais das ciências sociais não foram contemplados nas matérias veiculadas pelos sites oficiais da municipalidade de Aracaju, nem nas matérias do jornalismo local. Vozes polifônicas que serão orquestradas em breve, observando essas tensões nas narrativas da população local, a partir de etnografia que está em desenvolvimento.

Voltando o foco aos discursos difundidos no ciberespaço, é nítida nas matérias recentes sobre o Museu do Mangue a tentativa de desvinculá-lo do estigma da violência e da criminalidade. Em 12 de agosto de 2013, o site do Jornal de Sergipe trouxe a matéria "Guarda Municipal garante tranquilidade no Museu do Mangue", acompanhada de fotografia de pessoas ladeadas por policiais nos equipamentos de lazer do local, produzindo a crença em uma maior segurança:

O local que antes era ocupado por usuários de drogas, agora serve como área de lazer para famílias da comunidade. A GMA disponibiliza um efetivo de 16 guardas municipais (GMs), atuando em escala de plantão de 24h, coibindo diversas práticas delituosas como danos ao patrimônio, o tráfico de drogas, entre outras ocorrências. A senhora Maria Cleide, que frequenta o parque do Museu com as filhas constata essa tranquilidade. 'Antes esta praça era uma bagunça, havia muitas pessoas utilizando drogas e vendendo também. Por conta disso, tínhamos medo de ficar neste local. Mas agora, com os guardas, a gente não se depara mais com essas pessoas.

Nos sentimos mais seguros para frequentar o local', revela Maria.⁷

As recentes matérias procuram produzir a crença em um espaço seguro e controlado, embora não seja esse o sentimento da população que mora nos arredores, conforme relatado em conversas informais durante nossa visita ao local. Para comprovar esse discurso, pela primeira vez uma narrativa não-técnica integrou a narrativa através do depoimento de uma usuária do parque.

6 CARDOSO, Danilo. Museu do Mangue permanece destruído. Disponível em: <http://infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=118189&titulo=cidade>. Acesso em 10 nov. 2013.

7 Guarda Municipal garante tranquilidade no Museu do Mangue. Disponível em: http://www.jornaldesergipe.com/2013/08/guarda-municipal-garante-tranquilidade_8268.html. Acesso em: 10 nov. 2013.

“Museu do Mangue pega fogo”:

Explosão discursiva e produção de sentidos sobre o Museu do Mangue de Aracaju/SE

Ao longo da leitura da coleção de matérias, identificamos que os textos utilizam genericamente a marca Museu do Mangue para se referir ao parque e as instalações ainda inconclusas, mesmo o museu ainda não tendo sido inaugurado. Na verdade, a nomenclatura se tornou uma *griffe*, nos moldes como definiu Pierre Bourdieu (1983), conferindo sentido e autoridade a um não-museu ou a uma vontade de museu.

Conforme sublinhou Izabela Tamaso (2007), os contextos sociais de crise são reveladores e permitem interpretações antropológicas dos usos plurais da categoria “patrimônio” e a lógica da conservação patrimonial. Reconhece, assim, os eventos críticos como fatos que amplificam grupos de interesse e permitem que várias decisões não sejam mais recebidas de modo ingênuo. As conclusões acenadas pela pesquisadora, ao observar as conseqüências da enchente do Rio Vermelho em Goiás-GO, podem ser estendidas ao caso aracajuano. No nosso contato prévio com a população e nas análises dos silêncios e gritos apresentados nos textos difundidos no ciberespaço, percebemos que o incêndio nas instalações do futuro museu também se tornou um excepcional catalizador de categorias patrimoniais, contribuindo para “emergir o sistema de exclusão inerente à lógica da conservação patrimonial” (p. 202).

Desse modo, é curioso reconhecermos que a “explosão discursiva” em torno do Museu do Mangue o torna uma presença constante no campo de produção simbólico sergipano, independente de sua existência de fato. Circulação amplificada e atestada pelo ciberespaço que contribui para que as fronteiras entre o real e o virtual sejam diminuídas e, como instigante instrumento de proliferação de linguagens verbais e não-verbais, se torna um aliado estratégico na fabricação/encenação de determinadas crenças e no silenciamento de outras. Ou, nas palavras de Jacques Le Goff (2003), um documento-monumento, uma construção repleta de interesses que projeta uma imposição voluntária ou involuntária de futuro: “resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio” (p. 537-538).

Referências

ALMEIDA, Fernanda Cordeiro de. *Manguezais aracajuanos: convivendo com a devastação*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CARDOSO, Danilo. *Museu do Mangue permanece destruído*. Infonet Cidade. Disponível em: <http://infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=118189&titulo=cidade>. Acesso em 10 nov. 2013.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 36, 2005.

DAS, Veena. *Critical events. An anthropological perspective on contemporary India*. Delhi: Oxford University Press, 1995.

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Re-lume Dumará, 2001.

- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN, 1996.
- FERNANDES, Cleudemar Alves. Discurso e produção de subjetividade em Michel Foucault. *Laboratório de Estudos Discursivos Foucaultianos*, Uberlândia, ano 2, 2011.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: o cuidado de si*. 10. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel (Coord.). *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- GUARDA Municipal garante tranquilidade no Museu do Mangue. Site do Jornal de Sergipe, 12 ago. 2013. Disponível em: http://www.jornaldesergipe.com/2013/08/guarda-municipal-garante-tranquilidade_8268.html. Acesso em: 10 nov. 2013.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HEYMANN, Luciana Quillet. *De arquivo pessoal a patrimônio nacional: reflexões sobre a construção social do “legado” de Darcy Ribeiro*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2009.
- JEUDY, Henry-Pierre. A memória é móvel. *MAG*, São Paulo, n. 18, 2010.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.
- MAGALDI, Monique Batista. *Navegando no museu virtual: um olhar sobre formas criativas de manifestação do fenômeno Museu*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2010.
- MARQUES, Reinaldo. Memória literária arquivada. *Aletria – Revista de Estudos de Literatura*, Belo Horizonte, 2008.
- MUSEU do Mangue pega fogo. Portal Sergipe Hoje. Aracaju, 24 jun. 2011. Disponível em: <http://www.sergipehoje.com.br/sergipe/aracaju/2011/06/museu-do-mangue-pega-fogo>. Acesso em: 10 nov. 2013.
- MUSEU do Mangue será marco da preservação ambiental de Aracaju. Site JusBrasil. Disponível em: <http://pref-aracaju.jusbrasil.com.br/politica/5297599/museu-do-mangue-sera-marco-da-preservacao-ambiental-em-aracaju>. Acesso em 10 nov. 2013.
- PREFEITURA Municipal de Aracaju recupera Museu do Mangue na Coroa do Meio. Site da Prefeitura Municipal de Aracaju. Disponível em: <http://aju.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=51593>. Acesso em 10 nov. 2013.
- RESENDE, Fernando. O discurso jornalístico contemporâneo: entre o velamento e a produção das diferenças. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 14, p. 81-93, dez. 2007.
- SILVA, Telma Camargo da. Musealização de eventos críticos: análise da tensão entre múltiplas narrativas da dor. *XXXIV Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 2010.

“Museu do Mangue pega fogo”:

Explosão discursiva e produção de sentidos sobre o Museu do Mangue de Aracaju/SE

SILVA, Telma Camargo da; SOUZA, Maria Luiza Rodrigues; ECKERT, Cornélia. Apresentação. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 14, n.º 2, 2011.

TAMASO, Izabela. Relíquias e patrimônios que o Rio Vermelho levou... In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornélia (Org.). *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007.

TAMASO, Izabela. A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios... *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 8, n. 2, jul/dez 2005.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 12, 2006.

Artigo recebido em março de 2015. Aprovado em julho de 2015